

CHEFIA TRIBAL E REALEZA URBANA NA ANTIGA MESOPOTÂMIA: NOTAS PARA UMA ABORDAGEM*

Marcelo Rede**

Resumo:

As interações e os conflitos entre o poder palaciano e as populações nômades na Mesopotâmia foram precariamente tratados na historiografia. Este artigo sugere apontamentos para uma abordagem das relações entre as realezas urbanas e as chefias tribais, visando à constituição de um modelo explicativo alternativo, o palácio-beduíno.

Palavras-chave: Mesopotâmia; tribo; chefia; palácio; realeza.

TRIBAL CHIEFDOM AND URBAN ROYALTY IN ANCIENT MESOPOTAMIA: NOTES FOR AN APPROACH*

Abstract: The interactions and conflicts between palatial power and nomadic peoples were poorly treated in historiography. This article indicates some ways to approach the relations between the urban royalty and the tribal chiefdoms, aiming to suggest an alternative explanatory model, the bedouin-palace.

Keywords: Mesopotamia; tribe; chiefdoms; palace; royalty.

Desde os primórdios da historiografia mesopotâmica, no século XIX, palácios e tribos foram reconhecidos como componentes importantes da estrutura social e da dinâmica política. O investimento analítico de que foram objeto foi, contudo, assimétrico, fazendo da realeza urbana um sinônimo de

* Recebido em: 19/08/2017 e aceito em: 21/09/2017.

** Professor de História Antiga da Universidade de São Paulo. Membro Estrangeiro do Laboratório HAROC do CNRS francês (Histoire et Archéologie de l'Orient Cunéiforme). Este artigo é resultado parcial de pesquisa financiada por Bolsa de Produtividade do CNPq (2010-2013).

poder mais estável e contínuo e relegando a chefia tribal ao papel de elemento de disfunção. Os mais de três mil anos de história da região foram concebidos como uma sucessão de poderes monárquicos sediados em cidades, e as tribos nômades, vistas como erupções transitórias e violentas no *continuum* da vida de sociedades urbanas, sedentárias, centradas em palácios. Por essa visão, a tribo é um elemento exógeno, cuja apreciação se deu pelo impacto vindo de fora do sistema mesopotâmico, sob a forma de invasões e conquistas. Embora sem a nomenclatura da egiptologia, a assiriologia reproduziu um modelo de alternância entre fases de centralização, fundada em pilares palacianos endógenos e “períodos intermediários” de desagregação, resultantes da intervenção de elementos antagônicos externos, de natureza tribal.

Tal perspectiva apresenta inúmeras insuficiências. Do ponto de vista demográfico e econômico, ela desconsiderou a profunda interação entre agricultores do vale e pastores, bem como o fato de que a urbanização foi gestada e alimentada por fluxos populacionais de nômades que se instalaram, mais ou menos definitivamente, na planície. Quanto à dimensão cultural, houve tendência a minimizar a influência do ingrediente tribal, sob o argumento de que os “invasores” assimilaram-se ao padrão sumero-acadiano. Mesmo que, *a priori*, a constatação seja válida, seria preciso indagar como, no contato cultural, as transformações ocorreram em ambos os sentidos. No âmbito da história do poder, que nos interessa aqui, a consequência foi o desenvolvimento de uma interpretação do exercício da autoridade a partir, predominante ou exclusivamente, da instituição palaciana: a monarquia de caráter divino, o rei como agente soberano e o palácio como centro decisório – esses foram os componentes essenciais da análise que se impôs na maior parte do tempo (LIVERANI, 1997 e 2013).

A equação que assimilava o palácio ao Estado foi o resultado previsível desse paradigma analítico que, no mais, permeou todas as ciências sociais (WALLERSTEIN, 1991; para a História Antiga: VLASSOPOULOS, 2007). A superação do impasse supõe o resgate de uma complexidade desprezada no estudo das relações de poder, sua consideração como uma multiplicidade de níveis e agentes, em interação e mutação. Os elementos tribais devem ter, nesse quadro, um papel de destaque. A construção de uma categoria conceitual que eu proponho nomear de “*palácio beduíno*”¹ – implica uma leitura do poder em sua constituição híbrida, palaciana e tribal, na qual a autoridade do líder – ao mesmo tempo, monarca e chefe de tribo - exercia-se sobre um conjunto populacional, sedentário e nômade,

mais do que sobre um território composto pela capital real e suas adjacências urbanas e aldeãs.

A deficiência apontada é uma constante, mas poucos são os casos que permitem enfrentá-la adequadamente. O processo de formação da documentação textual e material favoreceu um viés palaciano e urbano, que as escolhas de arqueólogos e epigrafistas apenas fizeram acentuar. Por outro lado, a consolidação de uma realeza urbana contribuiu para eliminar ou, ao menos, escamotear os elementos de origem tribal. Diante desse quadro, a melhor alternativa é raciocinar a partir de um exemplo monográfico, que sirva de patamar a generalizações ulteriores.

O caso do reino de Mari, nos inícios do segundo milênio, compartilha muito das estruturas palacianas contemporâneas da Babilônia, Eshnunna ou Larsa, mas também permite uma observação dos ingredientes tribais das realidades do poder, profundamente inscritos na natureza pastoral e nômade de sua formação social. Muitos outros reinos, igualmente de origem amorrita, estruturaram-se a partir das mesmas bases. No entanto, em Mari, é o próprio palácio que se amálgama na substância tribal dos grupos nômades, ao mesmo tempo que os tradicionais mecanismos de poder beduíno prolongam-se e transformam-se nas novas situações de fixação urbana. Assim, a dinâmica de poder nos reinos da Síria pode ajudar a melhor entender as articulações entre chefia e realeza.

Panorama historiográfico: tribos elusivas e palácios onipresentes

Os elementos tribais não são novidade nos estudos mariotas. Pelo contrário, Mari foi um campo privilegiado de pesquisas relativas às tribos e assuntos conexos, em particular o nomadismo. Durante muito tempo, porém, as abordagens de historiadores e arqueólogos, assim como as poucas incursões fundadas na antropologia, assentaram-se na dicotomia entre dois componentes singulares, de origem e natureza distintas. A oposição traduziu-se ora no binômio sedentário-nômade, ora na polarização agricultor-pastor, ora, ainda, na distinção, em geral conflituosa, entre poder palaciano e chefia tribal. Tais dicotomias podem captar aspectos importantes da organização social, econômica, cultural e política de Mari, mas não esgotam as possibilidades de articulação e, por vezes, contribuem para obscurecer a compreensão das realidades analisadas.

O panorama bibliográfico a seguir mostra um repertório – seletivo mas representativo – dessas orientações e aponta alguns de seus limites. Ele visa identificar as linhas de força com as quais uma nova abordagem deverá necessariamente dialogar.

Em 1966, em sessão pública no Institut de France, André Parrot, o primeiro escavador do sítio de Tell Hariri, a antiga Mari, esboçou um retrato de Zimrí-Lîm, seu último rei (1774-1762 a.C.). Concepções comuns sobre o rei mesopotâmico ladeavam imagens da tradição moderna acerca dos monarcas europeus e seus contrapontos: Zimrí-Lîm figura como um poderoso déspota oriental, mas dotado do esclarecimento necessário ao bom governo. Um soberano divinamente legitimado em seu trono, que sabia, porém, escutar os beduínos das tribos vizinhas (PARROT, 1966). Ao comentar essa passagem, Jack Sasson salientou o esforço de Parrot para mostrar o rei de Mari através dos modelos bem conhecidos de um público culto: as personagens bíblicas e as biografias de Plutarco e Suetônio (SASSON, 1998). Esses parâmetros, assimilados e prolongados pela tradição historiográfica, serviram para escamotear a complexidade da figura régia mesopotâmica dos inícios do segundo milênio. Zimrí-Lîm enquadrava-se no modelo do monarca das sociedades do Oriente Próximo, e a natureza tribal das relações de poder que ele encarnava foi largamente ocultada. O pleno reconhecimento da origem beduína de Zimrí-Lîm e de sua filiação às tribos bensimalitas demoraria, de fato, algumas décadas (CHARPIN; DURAND, 1986), mas Parrot dispunha de material suficiente para, ao menos, se questionar se o rei de Mari era o representante ideal de uma estrutura palaciana vigente, de um “modelo acadiano”, cujas origens remontariam a Sargão de Akkad, por volta de 2.300 a.C.

Essa visão reproduzia as diretrizes estabelecidas, nos anos 1950, por Jean-Robert Kupper, em sua obra sobre os nômades na época dos reis de Mari, destinada a ser um clássico (KUPPER, 1957). O livro merece uma atenção detalhada. Logo de início, Kupper estabelece sua perspectiva: entre desertos e cadeias de montanhas, o aluviãofértil da Mesopotâmia é palco de encontros beligerantes entre sedentários e, de outro lado, nômades e montanheses. As “repetidas incursões dos habitantes da estepe” expõem uma cobiça visando a riqueza dos habitantes das planícies (p. IX). É como se tais condições geográficas definissem uma existência nômade, penosamente obtida pela manutenção dos rebanhos em situações precárias, em oposição à vida abundante dos cidadãos agricultores. O resultado seria o

esperado: “vivendo nas bordas da região cultivada, eles não podem deixar de entrar em conflito com os sedentários”, sobretudo quando pressionados pelo rigor sazonal das estações, revelando sua natureza de saqueadores contumazes (p. XI). Não se trata, evidentemente, apenas de uma questão de chuvas, solos e temperaturas, mas é nas diferentes interações com o meio ambiente que Kupper identifica os fatores de tensão.

Para Kupper, o conflito é apenas uma das facetas da relação e, por vezes, somente um estágio. A consolidação dos palácios e a difusão das cidades levam a alterações importantes na própria organização social dos nômades: desagregação dos laços tribais, formação ocasional de confederações através de alianças que buscam conferir sobrevida ao modo de vida nômade e, por fim, o caminho aberto para o seminomadismo. A adoção de uma economia mista, agrícola e pastoril, e a integração, geralmente submissa, às estruturas palacianas apresentam-se como um destino inelutável.

O conflito político que emerge desse quadro envolveria duas entidades antagonônicas, que se entrecrocavam ao sabor das imposições materiais de seus respectivos modos de vida. É um jogo de dois atores, uma balança oscilante entre “poder estável” e “tribos errantes” (p. XII). Decorre que a história do reinado de Zimrí-Lîm tem uma dupla faceta. Em primeiro lugar, o tradicional embate entre monarquias, entre uma dinastia de usurpadores (conquistadores forasteiros liderados por Samsi-Addu, senhor da Alta Mesopotâmia, que instalara seu filho, Yasmah-Addu, no trono de Mari) e uma casa reinante legítima (apeada do poder e cuja linhagem seria restaurada por Zimrí-Lîm). Em segundo lugar, é a história da infatigável “luta contra os nômades”, decorrente de seu comportamento cambiante face ao poder central, ora mais dóceis e cooptáveis, ora mais arredios e belicistas.

Os dados disponíveis até 1956, quando Kupper apresentou sua tese à Universidade de Liège, não permitiam, é verdade, constatar o simples e decisivo fato de que o próprio Zimrí-Lîm era um nômade, líder guerreiro da tribo bensimalita. Não se pode, todavia, atribuir seu viés interpretativo a uma deficiência de informação. Sua abordagem deriva de uma concepção dualista, que opõe realidades sedentária e nômade como entidades autônomas, orientadas por uma lógica de contato agonístico e pela necessária imposição de domínio da primeira. Visão muito semelhante ainda predominará, décadas mais tarde, na síntese de Moshe Anbar (1991), e será aplicada, para além de Mari, como uma explicação estrutural e evolutiva para a história mesopotâmica (KLENGEL, 1972).

Michael Rowton notou que a exagerada dicotomia de Kupper desconsiderava a interação econômica entre agricultura e pastoreio, assim como a transumância dos nômades em um ambiente fisicamente restrito, imbricado nas planícies (ROWTON, 1976, p. 18). Foram, justamente, os sucessivos trabalhos de Rowton que estabeleceram um novo patamar para o debate em fins dos anos 1960. Grande conhecedor das realidades mesopotâmicas e com sólida formação antropológica, Rowton propôs conceitos e teorias que renovariam os estudos das relações entre nômades e sedentários. Seu ponto de partida foi a consideração da topologia (entendida como o “efeito do ambiente físico sobre a história de uma dada região”) própria da Mesopotâmia, na qual terras agrícolas e de pastagem estão estritamente interligadas, engendrando uma profunda simbiose entre as populações sedentárias das cidades e as tribos de pastores nômades. Os limites estreitos impostos pelas grandes cadeias montanhosas do Taurus e do Zagros e pelas regiões desérticas definem possibilidades de transumância bem diferentes das estepes da Ásia central ou do interior do deserto da Arábia. Inspirando-se em uma expressão de Lattimore, Rowton designará o caso mesopotâmico como um “*enclosed nomadism*”, por oposição ao “*open nomadism*” de outros horizontes (ROWTON, 1976, p. 28).

As formas de poder são, por decorrência, vistas sob nova luz. As “invasões” nômades despem-se do impacto catastrófico e do potencial de rompimento que lhes eram conferidos até então. A simbiose estrutural entre agricultores sedentários e pastores nômades induzia a uma penetração mais longa e contínua, frequentemente baseada na complementaridade econômica, e fazia com que o elemento nômade já estivesse presente nas planícies urbanizadas no momento dos sobressaltos. As invasões certamente existiram, mas foram eventos mais pontuais e menos propensos a criar fraturas profundas. Assim, em termos políticos, a “*estrutura dimórfica*” traduz-se em “*oscilação dimórfica*” (ROWTON, 1976, p. 24s.). A relativização das rupturas não significa, porém, ausência de fricções: pelo contrário, a proximidade característica do nomadismo circunscrito faz com que migrações sazonais em busca de pastagens e água sejam motivo de constante conflito com os sedentários. Tal dinâmica pode alterar substancialmente a chefia tribal – principal intermediária entre pastores, cidades e reinos – e revela que o fator identitário pode ser a chave na resolução de tensões, sobretudo quando nômades e cidadãos compartilham a mesma filiação tribal (ROWTON, 1973a, p. 252). Não é coincidência que, em Mari, o rei se envolvesse tão frequentemente nas disputas geradas pelas migrações sazonais.

No modelo de Rowton, o papel da elite tribal ganha dinamismo. No contexto do nomadismo circunscrito, é grande a tendência à sedentarização das chefias, e não é incomum que as elites tribais passem a residir nas cidades ou, ao menos, em aglomerações fortificadas mais fixas, tornando-se, inclusive, chefes militares ou governadores locais a serviço do palácio. Nessa posição, constituem um elo fundamental entre tribo e Estado. No limite, prossegue Rowton, a elite tribal pode ascender ao controle do poder cidadão. Interessantemente, como decorrência da aculturação, a antiga tribo passa a ser um dos elementos desestabilizadores contra o qual a cidade deve ser protegida (ROWTON, 1976, p. 28). Mais ainda, a tendência à sedentarização da elite pode gerar não apenas cidades controladas por (antigas) chefias, mas verdadeiras capitais de reinos, controlando territórios e populações, e dotadas de monarquias dinásticas. É nesse perfil que Rowton situa o caso de Mari (ROWTON, 1973a, p. 254). A questão do exercício da autoridade e da composição da população ganha relevo: nas situações dimórficas, a relação política é construída no contato e na intermediação entre ambos os elementos (ROWTON, 1973b, p. 203). Além disso, Rowton identifica na tribo o mais importante núcleo de autonomia política face ao Estado, evitando atribuir esse papel exclusivamente às instâncias decisórias cidadinas (ROWTON, 1973a, p. 247).

Não é exagero dizer que o trabalho de Rowton criou um novo paradigma. Para o historiador, não se trata, porém, da simples aplicação de um modelo que, apesar dos méritos, pode mostrar-se deficiente em alguns aspectos importantes (ver o balanço crítico de LIVERANI, 1997, p. 24). Apenas para citar um deles: a bipolaridade, um tanto rígida e por demais estrutural, implicada pela noção de sociedade dimórfica. Jean Sapin, mesmo aceitando o arcabouço de Rowton, chamou a atenção para uma maior complexidade no ambiente da estepe síria, o que leva o dimorfismo inicial a “explodir em um verdadeiro polimorfismo” (SAPIN, 1989, p. 133). As situações elencadas por Sapin são as mais variadas: de aldeias autônomas mais ou menos confederadas até seminômades parcialmente destribilizados; de pequenas cidades, com ou sem monarquia reinante, até grupos marginalizados, que vivem nas franjas de aldeias e cidades, e tendem à retribalização (p. 133). Por outro lado, alguns autores procuraram dissociar o nomadismo como fenômeno demográfico (particularmente, em termos de fluxo populacional) da ascensão de antigas elites tribais ao poder palaciano: segundo N. Weeks, a instalação de dinastias amorritas na transição do III para o II milênio a.C. não implica-

ria infiltrações ou assentamentos massivos de população, mas apenas a afirmação das elites guerreiras tribais sob a forma de monarquias, decorrente, sobretudo, de suas capacidades militares. Daí a ideia de que os amorritas de nossas fontes constituíssem elementos mercenários, há muito presentes nas diversas zonas sedentarizadas, servindo a soldo aos palácios locais, mas que, em certas situações, tomaram de assalto o poder palaciano (WEEKS, 1985).

O debate tem o mérito de inserir tribos e chefias no cerne da problemática do poder. É um avanço notável, pois, em muitas discussões, o que se salientou foi a oposição entre o palácio e as demais instâncias locais de poder: as assembleias urbanas ou aldeãs (*âlum*; *puhrum*), os conselhos de anciãos (*shibûtum*), as organizações por quarteirão (*bâbtum*), as diversas autoridades regionais, etc. A avaliação dessas esferas não palacianas de poder foi essencial para estabelecer as alternativas e os contrapesos à soberania do rei, supostamente monopolista. Num primeiro momento, porém, as chefias tribais figuraram superficialmente no repertório: é o caso de uma coletânea sobre as formas de oposição ao poder real (FINET, 1975), mesmo que o capítulo de J.-R. Kupper sobre Mari reconheça que a atuação das lideranças de estrato tribal (*sugâgum*) era o maior contraponto ao poder régio (apesar de o autor evocar a falta de dados para desenvolver o tema). Do mesmo modo, em um volume dedicado aos poderes locais (FINET, 1982), J.-R. Kupper centrou-se no distrito (*halsum*) e em autoridades como “governadores” (*shakkanakku*) e “prefeitos” (*rabiânu*); mesmo ao tratar de líderes locais de forte caráter tribal, como o mencionado *sugâgum*, Kupper limitou-se ao seu papel no universo das cidades (mais atento à dimensão tribal da instituição da *sugâgutum* é o texto de Ph. Talon na mesma obra). Mais recentemente, o trabalho de Andrea Seri, embora ótimo em muitos aspectos relativos aos poderes locais, tampouco dedicou a devida atenção aos elementos tribais (SERI, 2005).

Paulatinamente, porém, o campo de estudos vem se modificando. O 46^o Encontro Internacional de Assiriologia de 2000, em Paris, teve como tema as relações entre nômades e sedentários (NICOLLE, 2004), com grande destaque a Mari (capítulos de Durand, Charpin, Ziegler, Lion e outros) e uma importante contribuição teórica inicial de Anne Porter, apontando os limites da ideia de simbiose de Rowton e evidenciando situações de “*nômades urbanos*”, em que cidade e pastoralismo não podem ser concebidos como entidades antitéticas. Porter aprofundará sua tese em uma obra posterior, procurando mostrar que não há duas entidades políticas (tribo e Esta-

do) que correspondam a duas organizações sociais (parentesco e laços cívicos), chegando mesmo a questionar a ideia de que os amorritas formassem uma nova população invasora nômade na paisagem urbana mesopotâmica nos finais do III e inícios do II milênios (PORTER, 2012). A abordagem de Porter é exemplo de que a teorização e a interdisciplinaridade estabeleceram uma fronteira decisiva a ser explorada, como demonstrou também o prestigioso Seminário do Instituto Oriental da Universidade de Chicago, em 2008, dedicado a aproximar e cruzar as abordagens de historiadores, antropólogos e arqueólogos sobre o assunto (SZUCHMAN, 2009). A aplicabilidade de novas teorias ao material documental passa, assim, a ser uma tarefa contínua: um exemplo é a crítica de Hervé Reculeau (2009) aos limites do modelo centro/periferia no caso de Mari, para o qual ele prefere um paradigma de análise das relações entre populações e espaços “*em ilhas*”, evitando ressuscitar dicotomias antigas sob novas roupagens.

No âmbito da história política, a dimensão tribal tendeu a se firmar como incontornável no estudo das formas de poder. Várias contribuições ao 53^o Encontro Internacional de Assiriologia de 2007, em Moscou e São Petersburgo, tiveram como foco as articulações entre as tribos e a administração das cidades (KOGAN *et alii*, 2010), particularmente o texto de J.-M. Durand, **Être chef d’un État amorrite**, que mapeia os elementos compósitos, de tradição tribal e “*acadiana*”, que serviram à construção da figura do soberano em Mari. No mesmo sentido, o livro de Daniel Fleming (2004) detalhou o papel dos mecanismos tribais dentre as várias formas de governança coletiva em Mari. Estudos monográficos extensos foram animados pelo mesmo espírito: Adam Miglio (2014), partindo da ideia de sistemas intersociais (mistos de tribos e Estado) de A. Giddens, explorou o desequilíbrio e as contradições entre as duas dimensões na ação política de Zimrí-Lím, sugerindo que a preferência e maior eficácia nas relações intra e intertribais comprometeram o posicionamento de Mari no jogo diplomático regional entre reinos, fragilizando-a e abrindo caminho para a conquista babilônica. Por sua vez, Brit Kärger (2014) examinou a organização interna e as relações entre os principais grupos amorritas e destes com os reinos. Embora a metodologia estritamente lexicográfica da autora prejudique uma análise mais sociológica da substância tribal de Mari, a obra descreve detalhadamente as estruturas da vida material e suas adaptações (inclusive em função da tributação), assim como as atividades bélicas (*razzias*, campanhas, comportamentos face à conscrição militar).

Por fim, é preciso mencionar o imenso trabalho realizado nas últimas décadas – sobretudo, sob a iniciativa de Jean-Marie Durand e Dominique Charpin – de publicação das cópias, transliterações e traduções da documentação cuneiforme de Mari: os numerosos volumes de coleções como os **Archives Royales de Mari**; **Florilegium Marianum**; **Amurru**; **Mari: Annales de Recherches Interdisciplinaires**; os três tomos de Durand (1997-2000) na série LAPO; além de edições avulsas (HEIMPEL, 2003; SASSON, 2015), num total de mais de 8.000 textos publicados, dos quais quase 3.000 cartas. As tramas de eventos e atores, bem como os quadros temporais e geográficos, afinaram-se, permitindo uma visão bastante detalhada da história política de Mari (CHARPIN; ZIGLER, 2003; CHARPIN, 2004); as bases documentais tornaram-se mais consistentes, fornecendo lastro para a proposição de teorias interpretativas.

Questões em aberto e domínios de enquête

As análises do poder em Mari (e na Mesopotâmia, em geral) conjecturaram, como vimos, a existência de duas entidades autônomas e de natureza distinta: a realza palaciana e a chefia tribal. Conflito e convivência; justaposição e simbiose; dicotomia e complementaridade foram noções que serviram de fio condutor aos estudos. Tais conceitos evidenciaram aspectos essenciais do exercício do poder, mas padecem de limites analíticos a serem superados, pois reproduzem, na história política, as oposições binárias entre agricultores e pastores, entre sedentários e nômades ou mesmo entre civilizados e bárbaros.

Por razões documentais, é necessário partir do discurso autocentrado do palácio, sobretudo sua manifestação textual. Essa imposição incontornável pode, todavia, ser transformada em uma vantagem oportuna: palácio e rei são pontos de uma complexa malha de relações, que articula camadas urbanas variadas (na corte ou fora dela), elementos tribais (de pastores de rebanhos a chefes beduínos) e outros reinos (aliados, submissos ou inimigos), cada qual com suas cidades e zonas de influência tribal. O caso de Mari representa uma situação ímpar de amálgama das dimensões palaciana e tribal, que pode ser a chave para entender a complexidade dessa formação sociopolítica. A enquête passa por possíveis etapas percorridas, sem que seja preciso assumir uma evolução unilinear. Nas palavras de Godelier (1999, p. 19), “sejamos ou não evolucionistas, a história é também evolução”.

problema é, portanto, duplo: não basta assimilar o palácio a uma estrutura estatal, nem tampouco definir a autoridade da chefia tribal exclusivamente pelo parentesco (KHOURY, Ph. S. & KOSTINER, 1990, p. 8).

Uma segunda área de indagação deve perscrutar os padrões culturais associados às práticas de poder, estereótipos e juízos de valor. As populações citadinas e letradas representaram os nômades como exógenos e diferentes, perturbadores e perigosos. Nos textos mitológicos mesopotâmicos, os amorritas aparecem como aqueles que ignoram cidade ou casa, a quem o deus Enki, ao ordenar o universo, deu apenas o gado para cuidar (**Enki e a Ordem do Mundo**); por isso, desconhecem o grão e o cultivo (**Lugalbanda e Enmerkar**), tendo apenas seus animais para sacrificar aos deuses (**A Maldição de Akkad**); vestem-se com peles, habitam em tendas, sob vento e chuva, chegam mesmo a comer carne crua e sequer enterram apropriadamente seus mortos (**O Casamento de Martu**). As inscrições reais reforçam a rebeldia e insubmissão desses amorritas, criados como cães ou lobos (**Inscrição de Shu-Sîn**). No entanto, é preciso se indagar sobre a função social dessas representações, particularmente em um quadro em que as elites amorritas já estavam bem integradas nas estruturas urbanas e palacianas, o que leva a crer que muito do discurso negativo referia-se, de fato, a tribos ainda não sedentarizadas (JAHN, 2007, p. 206). O caso de Mari proporciona uma rara possibilidade de perscrutar formulações culturais propriamente beduínas, como, por exemplo, o ideal de vida guerreira em oposição à acomodação sedentária (MARELLO, 1992).

De igual modo, os elementos religiosos da identidade comunitária devem ser objeto de atenção. Assim como existe fluidez política entre um centro urbano fixo e um referencial mais móvel, também no nível cultural e nas práticas rituais, a interação foi fundamental. É o que sugere a multiplicação de localidades denominadas Dêr. Na língua mariota, o termo indica simplesmente “*acampamento*”, estações temporárias utilizadas pelos pastores em transumância. A reprodução de centros urbanos religiosos designados pelo mesmo nome não pode ser explicada apenas pela transposição da terminologia por populações que se deslocam e batizam novos destinos com topônimos já conhecidos. São, antes, santuários que funcionam como pontos de referência religiosa de populações identificadas pelos laços tribais, bensinalitas no caso, e não locais sagrados de cidades ou reinos. Assim, temos uma Dêr na região de Mari; outra no Balih; outra tão distante como na zona transtigriana entre o Diyala e o Zagros (para essa “*toponímia*

em espelho”, ver CHARPIN, 2003). O compartilhamento identitário proporcionado pelos rituais nas diversas Dêr proporcionava o equivalente religioso da convivência comunitária experimentada pelos pastores em seus deslocamentos pelas zonas de pastagem. O caráter funerário dessas localidades, com seus cultos e monumentos aos ancestrais, contribuía para estabelecer um vínculo mais consistente com locais frequentados apenas esporadicamente. Constituiu-se, assim, um “*parentesco geográfico*” – não fundado biologicamente, mas socialmente criado –, capaz de se contrapor à pulverização implícita na mobilidade dos pastores e criar um modelo de entidade política diferente da noção tradicional de Estado (PORTER, 2009, p. 208 e 218).

Hipóteses e direções de pesquisa

Diante das questões acima, alguns postulados poderiam ser testados na análise da documentação e no diálogo com as diversas orientações conceituais: 1) as relações de poder, em Mari, mostram uma mutação da liderança beduína que permite sua adaptação a um jogo político em que uma sedentarização parcial e a adoção do modelo palaciano impõem-se como incontornáveis. No entanto, é a manutenção das características tribais no interior mesmo das monarquias que garante a possibilidade de negociação com os substratos populacionais que permanecem nômades e pastores. Podemos designar tal fenômeno de “*palacização da liderança tribal*”; 2) o processo ocorre em via dupla: as realzas sedentárias transformam-se profundamente, pois agora são compostas por elites amorritas. Ocorre, assim, uma “*tribalização da monarquia*”; 3) a confluência dos dois processos induz a transformações nas relações de poder em várias frentes. Dois domínios são particularmente sensíveis: as alianças de casamento e os rituais funerários. Ambos foram remodelados a fim de acomodar as tensões no amálgama entre chefia e monarquia, reconstruindo as bases da identidade comunitária.

Um novo modelo explicativo é necessário para dar conta de elementos que permaneceram à margem da reflexão sobre a transição entre a *sociedade-templo* suméria do III milênio e as cidades-reinos que se impuseram posteriormente. Nos II e I milênios mesopotâmicos, polos palacianos articularam a organização político-social, mas o conceito de *cidade-reino* não explica totalmente a realidade (REDE, 2011). A noção de *palácio beduíno* poderia preencher um vácuo analítico importante.

Referências bibliográficas

ANBAR, M. **Les tribus amurrites de Mari**. Freiburg/Göttingen: Universitätsverlag Freiburg-Vandenhoeck & Ruprecht, 1991.

CHARPIN, D. La 'toponymie en miroir' dans le Proche-Orient Amorrite'. **Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale**, v. 97, p. 3-34, 2003.

_____. Histoire politique du Proche-Orient Amorrite (2002-1595). In: CHARPIN, D.; EDZARD, D. O.; STOL, M. **Mesopotamien. Die altbabylonische Zeit**. Fribourg/Göttingen: Academic Press Fribourg-Vandenhoeck & Ruprecht, 2004, p. 25-480.

_____; DURAND, J.-M. "Fils de Sim'al": les origines tribales des rois de Mari. **Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale**, v. 80, p. 141-183, 1986.

_____; ZIEGLER, N. **Mari et le Proche Orient à l'époque amorrite**: essai d'histoire politique. Paris: SEPOA, 2003.

DURAND, J.-M. **Documents Épistolaires du palais de Mari**. Littératures Anciennes du Proche-Orient, v. 16 a 18. Paris: Cerf, 1997-2000.

_____. L'autorité du roi en Mésopotamie. In: COMPAGNON, A. (Ed.). **De l'autorité**. Paris: Odile Jacob, 2008, p. 47-60.

FINET, A. (Ed.) **La voix de l'opposition en Mésopotamie**. Bruxelles: Institut des Hautes Études de Belgique, 1975.

_____. **Les pouvoirs locaux en Mésopotamie et dans les régions adjacentes**. Bruxelles: Institut des Hautes Études de Belgique, 1982

FLEMING, D. **Democracy's Ancient Ancestors: Mari and Early Collective Governance**. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

GODELIER, M. Chefferies et états, une approche anthropologique. In: RUBY, P. (Ed.) **Les princes de la protohistoire et l'émergence de l'état**. Naples-Rome: École Française de Rome, 1999, p. 19-30.

HEIMPEL, W. **Letters to the King of Mari**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2003.

JAHN, B. (=KÄRGER, B.) The migration and sedentarization of the Amorites from the point of view of the settled Babylonian population. In: HEINS, M.; FELDMAN, M. H. (Eds.). **Representation of political power**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2007, p. 193-209.

KÄRGER, J. **Leben in der amurritischen Welt**. Wiesbaden: Harrassowitz, 2014.

KHOURY, Ph. S.; KOSTINER, J. Introduction: tribes and complexities of state formation in the Middle East. In: _____. (Eds.) **Tribes and State Formation in the Middle East**. Berkeley: University of California Press, 1990, p. 1-22.

KLENGEL, H. **Zwischen Zelt und Palast. Die Begegnung von Nomaden und Sesshaften im alten Vorderasien.** Wien: Schroll, 1972.

KOGAN, L. *et alii* (Eds.). **City administration in the ancient Near East.** Winona Lake: Eisenbrauns, 2010.

KUPPER, J.-R. **Les nomades en Mésopotamie au temps des rois de Mari.** Paris: Les Belles Lettres, 1957.

LIVERANI, M. "Half-nomads" on the middle Euphrates and the concept of dimorphic society. **Altorientalische Forschungen**, v. 24, n. 1, p. 44-48, 1997.

_____. Ancient Near Eastern cities and modern ideologies. In: WILHELM, G. (Ed.). **Die orientalische Stadt: Kontinuität, Wandel, Bruch.** Saarbrücken: SDU, 1997, p. 85-107.

_____. **Immaginare Babele.** Due secoli di studi sulla città orientale antica. Bari: Laterza, 2013.

MARELLO, P. Vie nomade. In: DURAND, J.-M. (Ed.) **Recueil d'études en honneur de Michel Fleury.** Paris: SEPOA, 1992, p. 115-125.

MIGLIO, A. E. **Tribe and State.** The dynamics of international politics and the reign of Zimri-Lim. New Jersey: Gorgias Press, 2014.

NICOLLE, C. (Ed.) **Nomades et sédentaires dans le Proche-Orient ancien.** Paris: ERC, 2004.

PARROT, A. La vie d'un chef d'État au II^e millénaire. **Séance Publique Annuelle**, Institut de France, 26. Paris: Firmin-Didot, 1966.

PORTER, A. Beyond Dimorphism: ideologies and materialities of kinship as time-space distancing. In: SZUCHMAN, J. (Ed.) **Nomads, tribes, and the state in the ancient Near East.** Cross-disciplinary perspectives. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2009, p. 201-225.

_____. **Mobile pastoralism and the formation of Near Eastern civilizations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

RECULEAU, H. L'implantation sédentaires dans la vallée de l'Euphrate à l'âge du Bronze. Un modèle Centre/Périphérie? Le cas du royaume de Mari (Syrie) au XVIII^e siècle av. n. è. In: DURAND, J.-M.; JACQUET, A. (Eds.). **Centre et périphéries.** Approches nouvelles des orientalistes. Paris, Maisonneuve, 2009, p. 57-81.

RECULEAU, H. Claiming Land and People: Conceptions of Power in Syria and Upper Mesopotamia during the 2nd millennium BCE. In: SCHMIDT-HOFNER, S. *et alii* (Eds.). **Raum-Ordnung, Raum und soziopolitische Ordnungen im Altertum.** Heidelberg: Winter, 2016, p. 175-214.

REDE, M. Da sociedade-templo à cidade-reino na antiga Mesopotâmia. Aspectos da transição. In: ALDROVANDI, C. E. V. *et alii* (Eds.). **Estudos sobre o espaço na Antiguidade**. São Paulo: Edusp, 2011, p. 89-103.

ROWTON, M. B. Autonomy and nomadism in Western Asia. **Orientalia**, v. 42, p. 247-258, 1973a.

ROWTON, M. B. Urban Autonomy in a nomadic environment. **Journal of Near Eastern Studies**, v. 32, p. 201-215, 1973b.

ROWTON, M. B. Dimorphic structure and topology. **Oriens Antiquus**, v. 15, p. 17-31, 1976.

SAPIN, J. Les rapports nomades-sédentaires dans la région syro-palestinienne au 2^e millénaire avant J.-C. **Les Cahiers du CEPOA**, v. 3, p. 131-138, 1989.

SASSON, J. The King and I. A Mari king in changing perceptions. **Journal of the American Oriental Society**, v. 118, n. 4, p. 453-470, 1998.

SASSON, J. **From the Mari Archives**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2015.

SERI, A. **Local power in old Babylonian Mesopotamia**. London: Equinox, 2005.

SZUCHMAN, J. (Ed.) **Nomads, tribes, and the state in the ancient Near East. Cross-disciplinary perspectives**. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2009.

VLASSOPOULOS, K. **Unthinking the Greek Polis**. Ancient Greek history beyond Eurocentrism. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WALLERSTEIN, I. **Unthinking social sciences**. The limits of Nineteenth century. Oxford: Oxford University Press, 1991

WEEKS, N. The old Babylonian Amorites: nomads or mercenaries? **Orientalia Lovaniensia**, v. 16, p. 49-57, 1985.

Nota

¹ O termo “*beduíno*” inspira cautela. Originado do árabe *badawī*, indica genericamente os grupos étnicos tribais, a princípio nômades, das zonas desérticas do norte da África e do Oriente Próximo. Aqui, “*beduíno*” é usado como equivalente ao vocábulo *hana*, comum no acadiano de Mari (talvez a ser entendido, etimologicamente, como “*os que habitam sob tendas*”), indicando o conjunto de tribos da região. Reforçando a abrangência das realidades políticas sob sua jurisdição (real ou putativa), alguns soberanos de Mari intitulam-se reis das “*bordas do Eufrates*” (*ah purattim*) e das “*terras dos haneus/beduínos*” (*mat hana*). Vê-se que *mâtum* (terra) indica antes um grupo populacional que um território geográfico (cf. RECULEAU, 2016).